



Guiné-Bissau e Cabo Verde: perspectiva da unidade e ruptura binacional (1956-1980)

Guinea-Bissau and Cape Verde: perspective of unity and binational rupture (1956-1980)

Jean da Silva Empalá¹

Artemisa Odila Candé Monteiro²

Resumo: O presente trabalho objetiva compreender a unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde e também busca entender os fatores condicionantes da desunião entre os dois países. A metodologia usada é, exclusivamente, a pesquisa bibliográfica. Por tanto, a fundamentação teórica deste artigo centra-se principalmente nas acepções históricas dos dois povos que sustentaram tanto a união assim como a ruptura entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau. A primeira parte do artigo, debruça sobre a ideologia política do PAIGC para libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde a partir do pensamento de Amílcar Cabral. A segunda parte, fala da relação dos dois países após a independência, entre 1973 a 1980. Por último, aborda-se a proposta da unidade binacional e, conseqüentemente, os fatores da separação.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Cabo-Verde; PAIGC; Unidade; Ruptura.

Abstract: The present work aims to understand the binational unity between Guinea-Bissau and Cape-Verde and also seeks to understand the conditioning factors of the disunity between the two countries. The methodology used is exclusively bibliographic research. Therefore, the theoretical basis of this article focuses mainly on the historical meanings of the two peoples that sustained both the union and the rupture between Cape Verde and Guinea-Bissau. The first part of the article focuses on the political ideology of the PAIGC for the liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde from the thought of Amilcar Cabral. The second part deals with the relationship between the two countries after independence, between 1973 and 1980. Finally, the proposal for binational unity and, consequently, the factors of separation are addressed.

Keywords: Guinea-Bissau; Cape-Verde; PAIGC; Unity; Disunity.

1 Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

2 Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Introdução

Antes de adentrar nas discussões, gostaria de apresentar a contextualização geográfica dos países em estudo, Cabo-Verde e Guiné-Bissau. O Arquipélago de Cabo Verde é um país insular situado a 455 km da Costa Ocidental africana é constituído por dez ilhas e oito ilhéus, que se estendem por cerca de 4033 km² (LOPES, 2011). Enquanto a Guiné-Bissau é um país situado na Costa Ocidental da África, tem fronteiras com o Senegal ao Norte e a Guiné-Conacri ao Sul e Leste. Possui uma extensão territorial de 36.125 km², é composto por oito (8) regiões (estados) e um (1) setor autónomo, entre os quais: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali e o Setor Autónomo de Bissau.

O presente artigo visa analisar a unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, idealizada e desenvolvida pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Como quase todos os movimentos africanos anticolonialistas, o PAIGC era um movimento independentista que propositava a libertação da Guiné e Cabo-Verde, tinha como expoentes: Amílcar Cabral, Rafael Barbosa, João Bernaldo Vieira, Elisée Turpin, Aristides Pereira e outros.

Para Candé Monteiro (2013), o Partido Africano para Independência (PAI), que mais tarde daria origem ao PAIGC, foi fundado em 1956 por iniciativa de Amílcar Cabral e os seus compatriotas caboverdianos e guineenses como Luís Cabral, Aristides Pereira, Elisée Turpin, Abílio Duarte, Júlio de Almeida e Fernando Fortes, o partido tinha uma forte influência teórica acentuada no marxismo-leninismo, defendia a libertação total do povo guineense e caboverdiano.

O motivo de trabalhar o recorte temporário supracitado, 1956-1980, deve-se pela criação do PAIGC em 19 de Setembro de 1956 enquanto movimento anticolonialista que tinha como foco principal a libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Já 1980 foi o ano da ruptura total entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau devido os motivos que elencarei posteriormente. Porém, é importante frisar que existe uma larga contestação sobre o marco cronológico da fundação do PAI(GC) em 19 de Setembro de 1956 enquanto movimento independentista na Guiné-Bissau.

No entanto, trabalhamos com esta data, 1956, como o ano oficial da criação do PAI que posteriormente resultou no Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde, porque é a data reconhecida pelo próprio partido. Contudo, há várias discussões sobre interesses do PAIGC em legitimar 1956 como o ano da sua fundação. Não obstante, o cerne do debate neste artigo é abordar a concepção da unidade e os motivos da ruptura binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, e não questionar o marco cronológico da formação do PAIGC. Neste prisma, trazemos o debate sobre a discordância da criação do partido apenas para situar, da melhor forma, o/a leitor/a e expor outra

narrativa no que tange a este assunto.

Na metade do século XX, a unidade africana era a expressão viva nos debates e ações anticolonialistas. Kwame Nkrumah, Ahmed Sékou Touré, Amílcar Cabral e outros pan-africanistas procuravam a unidade e solidariedade africana para fazer uma frente única contra o inimigo comum, colonialismo. No caso particular de Amílcar Cabral, ele defendia a *Unidade e Luta* como princípios fundamentais para libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. A unidade para conseguir a estabilidade interna e a luta para erradicar o colonialismo e colonialidade na África, especificamente na Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

Como referi anteriormente, a Guiné-Bissau é um país localizado na África Ocidental, nos quais, estão vários países como Benin, Burkina-Faso, Cabo-Verde, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Dentre estes vários países da África Ocidental, o PAIGC protagonizado por Amílcar Cabral escolheu Cabo-Verde e Guiné-Bissau para constituir a unidade binacional. Na base disso, os questionamentos que se levantam são: qual foi o motivo da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, e não com outro país africano também próximo da Guiné-Bissau ou algum país da África Ocidental? Como o PAIGC, especialmente Amílcar Cabral, pensou a unidade entre os dois países? Por último, o que originou a ruptura binacional? Essas e outras inquietações são elementos que me impulsionaram a estudar e pesquisar este episódio.

Ideologia política e práxis do PAIGC para lib ertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde

O epicentro da discussão neste capítulo, é trazer a tona os princípios ideológicos e, concomitantemente, a práxis do PAIGC para libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Mas inicialmente, é relevante fazer uma breve abordagem histórica do PAIGC enquanto partido anticolonialista. O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi um dos movimentos anti-imperialistas e anticolonialistas africanos que desenvolveu a luta pela autodeterminação e independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde contra o colonialismo português.

De acordo com Coutinho (2012) e as fontes oficiais do próprio partido, o PAI(GC) foi fundado na clandestinidade na cidade de Bissau, no dia 19 de Setembro de 1956. Segundo os escritos do PAIGC, de 1956 a 1960 o nome do movimento era Partido Africano para Independência (PAI). Após a primeira fase, já com a nomenclatura de Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1960 o partido criou uma base da ação em Conacri, capital da

Guiné-Conacri. A partir dessa altura, começou a preparar ações armadas, que teve início em 1963, que também é a data oficial de início da luta armada na Guiné-Bissau. Não obstante, importa-se frisar que o PAIGC não era o único movimento político a agir em prol da independência nos dois países, mas havia vários movimentos políticos organizados com propósitos da emancipação da Guiné-Bissau, assim como de Cabo-Verde.

Conforme foi anunciado, há uma grande discrepância teórica sobre o ano da fundação do PAI(GC) em 19 de Setembro 1956 como movimento independentista na Guiné-Bissau. Neste quesito, Silva (2010) assegurou que em Agosto de 1959 Amílcar Cabral tinha programado visitar a família em Bissau, pois, se encontrava em Portugal. Entretanto, no mesmo ano, ocorreu o caso de *Massacre de Pindjiguiti*³ e apenas depois do episódio de *Pindjiguiti* e, posteriormente, do encontro com amigos da Guiné que acaba por ser uma reunião para criação do movimento da libertação em Bissau.

Existem várias pesquisas científicas que questionam a criação do PAI(GC) em 1956 conforme enfatiza o discurso oficial do partido. Segundo esta corrente, entre os quais, destacam-se António Duarte Silva e Artemisa Odila Candé Monteiro, até início de 1959 não existia nenhuma referência concreta sobre a formação do PAI(GC) enquanto movimento independentista com estrutura administrativa e ação, inclusive, Amílcar Cabral não estava na Guiné naquele período. Desta maneira, enxerga-se grande debate a respeito do marco cronológico da fundação PAI(GC). Porém, para Silva (2010), de qualquer das formas, a fundação do PAIGC tem de ser vista como um processo amplo em que houve antecedentes, vários encontros e diversos intervenientes, não apenas os cinco combatentes citados oficialmente.

Um dos principais objetivos e princípios do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde era a *Unidade e Luta*. Para Cabral (1974), a unidade enfatizada pelo PAIGC é no sentido dinâmico. Para explicar esta unidade, ele recorreu ao futebol para desvendar a tal proposta da unidade:

Consideremos por exemplo, um 'time' de futebol. Um 'time' de futebol é formado por vários indivíduos, 11 pessoas. Cada pessoa com o seu trabalho concreto para fazer quando o 'time' de futebol joga. Pessoas diferentes umas das outras: temperamentos diferentes, muitas vezes instrução diferente, alguns não sabem ler nem escrever, outros são doutores ou engenheiros, religião diferente, um pode ser muçulmano, outro católico, etc. [...] E, se esse 'time' de futebol, no momento em que está a jogar, não conseguir realizar a unidade de todos os elementos, não

3 *Massacre de Pidjiguiti* foi um episódio perverso e causa imediata da luta armada pela independência da Guiné-Bissau. Em agosto de 1959 os marinheiros e estivadores do Porto de Bissau no cais de Pidjiguiti entraram em greve, exigindo melhores condições de vida e de trabalho e foram respondidos, de forma violenta, por armas de fogo que resultou na mais de trinta (30) mortos.

conseguirá ser um 'time' de futebol. Cada um pode conservar a sua personalidade, as suas ideias, a sua religião, os seus problemas pessoais, um pouco da sua maneira de jogar mesmo, mas eles têm que obedecer todos a uma coisa: tem que agir em conjunto, para meter golos contra qualquer adversário com quem estiver a jogar, quer dizer, à roda deste objectivo concreto, meter o máximo de golos contra o adversário (CABRAL, 1974, p. 02).

Analisando o pensamento de Amílcar Cabral, a unidade projetada pelo PAIGC através da visão do seu líder é suportada numa concepção democrática e pluralista, contrária a proposta de homogeneização do pensamento e centrado no objetivo principal, isto é, abolir o colonialismo português em Cabo-Verde e na Guiné-Bissau. Mas, para isso, foi desenhado uma estratégia com cunho ideológico baseado na realidade socio-cultural para explicar a necessidade da unidade interna. Na aceção de Cabral (1974), a deficiência ideológica por parte dos movimentos de libertação nacional que, de alguma forma, rejeitam a realidade histórica, social e cultural constituem uma das maiores senão a maior fraqueza da luta contra o imperialismo e colonialismo europeu na África.

No que concerne a luta, ele traz exemplos da Física – fenômenos físicos - para elucidar de forma pedagógica a necessidade de lutar contra o colonialismo europeu na África, particularmente na Guiné-Bissau e Cabo-Verde:

Luta é uma condição normal de todos os seres no mundo. Todos estão em luta, todos lutam. Por exemplo, vocês estão sentados em cadeiras, eu estou sentado nesta cadeira, isto é um exemplo: o meu corpo está todo a fazer uma força sobre o soalho, através do banco que está em cima dele, mas se o soalho não tivesse força suficiente para me aguentar, eu ia para baixo, furava o soalho e se debaixo do soalho não houvesse uma força, continuava a furar, e por aí fora. Portanto há aqui uma luta silenciosa entre a força que eu exerço sobre o soalho e a força do solo que me mantém em cima, que não me deixa passar [...] No nosso caso concreto, a luta é o seguinte: os colonialistas portugueses, ocuparam a nossa terra, como estrangeiros e, como ocupantes exerceram uma força sobre a nossa sociedade, sobre o nosso povo. Força que fez com que eles tomassem o nosso destino nas suas mãos, fez com que parassem a nossa história para ficarmos ligados à história de Portugal, como se fôssemos a carroça do comboio de Portugal. E criaram uma série de condições dentro da nossa terra: económicas, sociais, culturais, etc. [...] Agora, tomadas em conjunto, Unidade e Luta quer dizer que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar. E isso significa que mesmo entre nós, nós lutamos (CABRAL, 1974, p. 04-05).

Deste modo, é interessante lembrar que a luta concebida pelo PAIGC na qualidade de movimento nacionalista e anticolonialista definia não apenas com os colonialistas europeus, mas também significa a luta interna para consolidar e resolver os conflitos internos. Já com a unidade interna, apesar de deficiências e problemas que se constituíram em unir guineenses e caboverdianos, resultante do sentimento que os guineenses nutriam dos caboverdianos como “segundo colonialistas”, por prioritariamente desempenharam funções de destaque e cargos de chefias nas

instituições coloniais, entretanto, em 23 de Janeiro de 1963 deu-se início a guerra da libertação na Guiné-Bissau pelo ataque a Cortél de Titi, região de Quinara, Sul do país.

A relação da Guiné-Bissau e Cabo Verde no período após a independência (1973-1980)

A Guiné-Bissau e Cabo-Verde enquanto Estados soberanos são frutos de onze anos de luta armada pela independência no território guineense, e de séculos de resistência africanas - resistência primária - contra a opressão e dominação colonial. Deste modo, o epicentro da abordagem neste capítulo é debruçar a relação entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau no período pós-independência, de 1973 a 1980.

Após dez anos da luta armada na Guiné-Bissau e tentativa da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde, a proclamação da independência criou novas condições estruturais e polarização dentro do PAIGC. A ala caboverdiana decidiu proclamar a sua independência separada da Guiné-Bissau alegando que o primeiro passo é a formação da nacionalidade caboverdiana e em seguida a unidade, recorda-se o propósito da luta armada no território guineense e da união desenhada por Amílcar Cabral é a formação de Estado binacional e independente (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

No entanto, em 24 de Setembro de 1973 a Guiné-Bissau declarou a sua independência oficial e unilateral, tornando o primeiro país africano da colônia portuguesa a tornar-se independente, foi reconhecido oficialmente pelo Portugal no ano seguinte, 1974. Já Cabo-Verde, declarou a sua independência em 05 de Julho de 1975 quase dois anos após a proclamação unilateral da independência guineense.

O processo da luta na Guiné-Bissau suportado pela unidade e soberania nacional “guineocaboverdiana”, a atitude unilateral da proclamação de independência evidenciava o início da ruptura e o distanciamento caboverdiano com o projeto de Cabral, unidade da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em meio às desconfianças e disputa pelo poder que acompanhava a relação de Cabo-Verde e Guiné-Bissau, e que roubavam a cena em relação à necessidade dessa unidade acaba por incentivar e criar os conflitos que resultaram na separação absoluta em 1980 (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Após independência, a ausência de debate e falta de propostas para resolução dos conflitos atrelados a questão da unidade, tanto dentro do PAIGC quanto em Cabo-Verde e na Guiné-Bissau agudizou as divergências num protagonismo excessivo das duas partes. As relações começaram a degradar-se, de forma acelerada, depois de II Congresso do PAIGC. A emancipação total dos dois países criou novas condições e problemas. A ala caboverdiana, na sua maioria, foi para Cabo-Verde

formar a base do partido e erguer o Estado caboverdiano. No campo da política externa, Cabo-Verde mantinha relações internacionais diferentes da Guiné-Bissau, suas alianças bilaterais eram antagônicas. Geopoliticamente, a Guiné-Bissau tinha mais relação com a Rússia e alguns países socialistas da época, enquanto Cabo-verde aproximava-se com África do Sul e alguns países do ocidente (LOPES, 1987).

As estruturas do Estado caboverdiano, logo depois da independência, eram mais estruturadas, administrativamente falando, tanto em qualificações dos funcionários quanto na estrutura física das instituições devido as suas aproximações com a administração colonial. O governo caboverdiano que possuía como base o próprio PAIGC não colocava a aliança e cooperação com a Guiné-Bissau como prioridade, com propósito de consolidar a coesão interna com outra faixa que era muito poderoso e sujeita a pressão das comunidades caboverdianas no exterior, principalmente nos EUA, Portugal, Holanda e Senegal. Nesta situação de conflito, a direção do PAIGC dividiu-se em três polos: os próximos do presidente; os defensores de radicalização e separação política e os defensores de um nacionalismo estreito (LOPES, 1987).

Esta fragmentação e impasse interno entre guineense e caboverdiano dentro do PAIGC ampliou ainda mais as divergências internas, permitindo assim a aderência massiva da ala guineense na formação e consolidação do chamado Movimento Reajustador⁴ na Guiné-Bissau que posteriormente desencadeou desmantelamento da governação de Luís Cabral, então presidente da Guiné-Bissau.

Logo após o afastamento de Luís Cabral como presidente da Guiné-Bissau em 14 de Novembro de 1980 através de um golpe de Estado conduzido por Movimento Reajustador, guineenses inconformados com a administração de Luís Cabral. Os dirigentes caboverdianos e alguns líderes do PAIGC reuniram-se de emergência para abordar o impasse na Guiné-Bissau, na qual asseveraram os seus posicionamentos face ao novo problema no país. As autoridades caboverdianas e dirigentes do partido exigiram a recondução de Luís Cabral e arrumaram a volta opcional dos caboverdianos que se viviam na Guiné-Bissau.

Unidade e ruptura entre Cabo Verde e Guiné-Bissau

O território que hoje é considerado a Guiné-Bissau teve a sua invasão por mercantilistas e colonialistas portugueses no século XV. De acordo com Augel (2007, p. 51-52) “data de 1446 o primeiro registro de navegadores na Costa da Guiné, quando Nuno Tristão, vindo da costa

4 Movimento Reajustador foi o nome usado para designar atores do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 que tinha como objetivo afastar o então presidente, Luís Cabral, e seus os próximos.

senegalesa, aportou no trecho do litoral africano que veio a constituir mais tarde a província portuguesa da Guiné.” O Cabo-Verde, segundo as narrativas históricas de Mendy (1994), era um território desocupado devido a sua situação geográfica, mas com a chegada dos europeus naquele território africano em 1456, estas regiões passaram a ser ocupadas e exploradas por colonialistas europeus.

Conforme se pode constatar nos redigidos do PAIGC (1974), durante as fases iniciais da invasão europeia, especialmente a portuguesa, no continente africano, particularmente na África Ocidental que no início do século XV, estabeleciam sobretudo no atual Senegal, Serra Leoa, Gana, Guiné-Bissau e Guiné-Conacri, onde faziam trocas de mercadorias e até pagavam os impostos aos grandes reinos e impérios africanos da época pelas suas proteções. Mais tarde, já nos séculos seguintes, o comércio de escravizados para América tornou-se o propósito principal dos europeus. Neste caso, o comércio de escravizados e a procura dos mesmos na África, tiveram repercussões negativas para o continente africano em que os grandes reinos e impérios africanos entraram em guerras e, conseguinte, resultaram no desmoronamento destes impérios e reinos.

Na mesma concepção enfatizada no livro intitulado “*História da Guiné e Ilhas de Cabo-Verde*” sob autoria do PAIGC (1974), depois de “abolição” da escravidão condicionada pela resistências africanas tanto no continente africano quanto na diáspora africana, a hegemonia europeia começou a diminuir no continente africano, porém, reafirmaram, desta vez militarmente, na África em busca de matérias-primas e novos mercados internacionais com objetivos da dominação política, territorial e ampliação do capitalismo. E mais tarde, desencadeou-se a divisão do continente africano na dita Conferência de Berlim em 1884-1885.

Dando sequência nas discussões desenvolvidas sob amparo nos escritos do PAIGC, vale ressaltar que no caso do território que hoje é considerado a Guiné-Bissau, em 1822 devido as resistências desencadeadas por diversos povos que constituem a Guiné-Bissau e o contexto da perda do Brasil como colônia portuguesa, o Portugal abandonou os seus entrepostos comerciais da Guiné e só em 1869 foi criado um Governo central nas ilhas de Cabo-Verde no qual a Guiné passou a ser distrito. Alguns anos depois os portugueses criaram o chamado Estado da Guiné-Portuguesa⁵ que tinha como Capital Bolama. Mas um dos maiores problemas que os portugueses enfrentavam na época era a consolidação no território guineense devido o inconformismo por parte dos nativos.

É necessário salientar que os povos africanos nunca foram passivos ao sistema colonialista europeu, apesar da desagregação, onde cada comunidade e grupo étnico lutavam de forma singular

5 A Guiné Portuguesa é o nome que se designava a atual Guiné-Bissau no período da colonização portuguesa.

contra o regime colonial, mas mantinham sempre a resistência contra mercantilismo e colonialismo europeu em África. Na mesma ótica, já nos anos posteriores, guineenses e caboverdianos com objetivo da independência e autodeterminação africana começaram a estrategiar a formação de movimentos nacionalistas com ideias anticolonialistas.

Assim sendo, surgiu o Movimento para a Independência da Guiné (MIG), o Movimento para Libertação da Guiné (MLG), a União das Populações da Guiné (UPG), a União da População para Libertação da Guiné (UPLG), Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG), o Partido Africano para Independência (PAI), que mais tarde daria origem ao PAIGC, e a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), resultante da união de vários grupos políticos (UPG, o RDAG e a UPLG). Ora, percebe-se grande número dos movimentos nacionalistas guineenses, mas é obvio que o PAIGC virou como o maior partido e protagonista da luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Amílcar Cabral como muitos nacionalistas africanos da visão pan-africanista procurou a união étnica para fazer uma frente única contra o colonialismo português na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde:

Um primeiro princípio do nosso Partido e da nossa luta, que todos nós conhecemos bem é: «Unidade e Luta», que é mesmo a divisa, se quiserem, o lema do nosso Partido. Unidade e Luta. Claro que para estudar bem o que é que quer dizer este princípio bastante simples, é preciso sabermos bem o que é unidade e o que é luta. E é preciso colocarmos, realizarmos o problema da Unidade, e o problema da Luta num dado lugar, quer dizer, do ponto de vista geográfico, e considerando a sociedade —vida social, económica, etc. — do ambiente em que queremos aplicar este princípio de Unidade e Luta (CABRAL, 1974, p. 02).

Para Amílcar Cabral, a unidade entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau tinha um acontecimento histórico porque o povo caboverdiano é resultado dum processo escravocrata em que os povos da Costa Ocidental da África, especialmente da Guiné-Bissau, eram tirados brutalmente das suas terras para escravização nas Américas. E o arquipélago de Cabo-Verde era o ponto estratégico da transportação dos escravizados, nos quais, alguns fugiam e outros eram deixados em Cabo-Verde para servir os europeus, principalmente portugueses, residentes naquele território. Esse contato entre os dois povos (africanos e europeus) germinou o povo que hoje é conhecido como caboverdiano.

No que tange a luta armada, ele justificou a partir da seguinte afirmação:

O objetivo fundamental da resistência armada é realizar aquilo que não conseguimos só com a política – a independência, a paz, a justiça e o progresso [...]. No quadro do destino do nosso povo, que nós próprios estamos a criar, o nosso partido é que tem a missão de através da resistência política, económica, cultural abrir o caminho para o nosso povo, garantir a segurança necessária e a certeza de que amanhã há de viver no progresso. (CABRAL, 1974, p. 241/242 apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 62).

Entretanto, Amílcar Cabral como um dos protagonistas pela emancipação e união entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde amparou nas linhagens intrínsecas e relações históricas entre o povo caboverdiano e os povos continentais da África Ocidental, principalmente o povo guineense, para fundamentar a ideia e práxis da unidade binacional entre os dois países e possibilitar uma única luta contra o colonialismo português. Cabral partiu do pressuposto de que apenas com a unidade africana é que o povo africano teria capacidade e bases para erradicar o colonialismo no continente africano.

Porém, importa-se lembrar que desde princípio de casamento entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau houve contestações tanto por parte dos guineenses quanto por caboverdianos. E, por outro lado, teve o Portugal que estava usando as suas influências para enfraquecer a ideia da unidade porque sabia da repercussão dessa unidade. Se Amílcar Cabral e alguns combatentes procuravam unir todas as forças nacionalistas para combater o colonialismo português na Guiné e em Cabo-Verde, alguns grupos caboverdianos, guineenses e acima de tudo os portugueses queriam o contrário. O mais conhecido nessa história foi o caboverdiano, José Leitão da Graça que trabalhou na Rádio Gana onde estava envolvido na campanha radiofônica contra o colonialismo português. A unidade entre os dois países pareceu desde início o ponto fraco do PAIGC (TOMÁS, 2008). Outro exemplo de protesto contra a unidade foram as manifestações em algumas ilhas caboverdianas em oposição a unidade defendida pelo PAIGC e contra a independência que eles consideraram “independência imediata” (FERNANDES, 2007).

Um dos elementos da desunião binacional, é aquilo que muita das vezes não consideramos como condicionante da ruptura, isto é, o reconhecimento ou não de Amílcar Cabral e outros descendentes caboverdianos com nascença guineense como guineense por parte dos nativos guineenses porque a identificação social guineense era – e ainda é, de certa forma - atrelada a linhagem étnica. Segundo Candé Monteiro (2013, p. 64), “na configuração social bissau-guineense, Cabral carecia dos atributos étnicos que lhe identificavam como bissau-guineense”. Pois, era o filho de caboverdianos que nasceu em Guiné-Bissau.

O outro fator que, de certa forma, germinou o conflito interno no seio de PAIGC e posteriormente servia de fundamento do golpe de 14 de Novembro de 1980, é o suposto caso da hierarquização da estrutura administrativa do partido que “privilegia” os caboverdianos e Cabo-Verde conforme justificou o Movimento Reajustador. Deste modo, também importa-se enfatizar que naquela época, a pena de morte existia apenas em Guiné-Bissau e não em Cabo-Verde. Isso e outros fatores supracitados criaram instabilidades dentro do PAIGC nos momentos posteriores a

independência e pioraram com golpe de 1980 que provocou a separação total entre os dois países.

Neste caso, Tomás (2008) demonstrou a hierarquia administrativa do PAIGC, onde expôs que a espinha dorsal do partido foi, grosso modo, formada por três grupos sociais: na cúpula dirigentes estavam os caboverdianos, entre os funcionários coloniais recrutados por Amílcar Cabral e os jovens quadros vindos de Lisboa e outras pontas da Europa, na base encontravam-se guineenses. “Embora numericamente havia mais guineenses do que caboverdianos, o Conselho Executivo (CEL) e o Conselho Superior da Luta (CSL) estavam, respectivamente, sob a direção superior dos dirigentes caboverdiano do PAIGC.” (TEIXEIRA, 2015, p. 198).

Outros condicionantes que também foram usados como suportes da explosão do Movimento Reajustador, é o caso da tentativa de aprovação da Constituição de 10 de Novembro de 1980 na Guiné-Bissau, pela Assembleia Nacional Popular (ANP), na qual há ausência de referência da obrigatoriedade do Presidente da República ser cidadão guineense, e oficialização da pena de morte na Guiné-Bissau e não em Cabo Verde. Na base dos problemas e justificativas enfatizadas pela parte guineense, os membros do PAIGC da ala caboverdiana manifestaram surpresas diante do golpe de Estado na Guiné-Bissau pelos motivos alegados em torno do golpe, mas alguns confessaram que a projeção da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde foi mal equacionada após a independência. Porém, Luís Cabral nunca reconheceu as acusações feitas por Movimento Reajustador (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

O suporte político do projeto da unidade binacional, as suas estratégias e os motivos da desunião entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde podem ser compreendidos pelo modelo político-administrativo implantado nos dois países pelo regime colonial. As resistências dos grupos étnicos guineenses contra a língua e cultura do colonizador permitiu a adoção de estrutura política dominante, a pequena elite letrada guineense, representada majoritariamente pela elite caboverdiana gerou conflitos que começou na sociedade colonial e estendeu até pós-independência. A elite caboverdiana possuidora do repertório da cultura dominante, servia como 'intermediária' nas organizações econômicas e representativas do Estado colonial. Havia certos ranços históricos e polarização entre a sociedade caboverdiana e guineense que aparentava difíceis de superar com a formação de um bloco político nacionalista. (TEIXEIRA, 2015).

Na base das argumentações proferidas por guineenses a caboverdianos responsabilizando lhes da incapacidade de solucionar os problemas e ignorar a “atitude antidemocrata” de Luís Cabral na Guiné-Bissau, a ala caboverdiana, na sua maioria, rejeitou os fundamentos afirmados por Movimento Reajustador. Para Aristides Pereira, presidente de Cabo-Verde na época, numa carta

enviada a Bissau depois do caso de 14 de Novembro de 1980, citada por José Vicente Lopes (1996, p. 634), afirmou que “*golpe de Estado nunca foi o método PAIGC para resolução dos nossos problemas internos, o partido possui órgãos eficazes para esse efeito*”.

Para Movimento Reajustador, principalmente João Bernaldo Vieira⁶, a incapacidade de resolução de conflitos internos por parte de Aristides Pereira (então secretário geral do PAIGC e presidente de Cabo-Verde) e os demais dirigentes do PAIGC, juntando com a prática antidemocrata de Luís Cabral – então presidente da Guiné-Bissau – e os problemas econômicos, sociais e políticos que se viviam no país eram motivos para desfecho imprevisível.

Como se pode enxergar na carta de João Bernaldo Vieira enviada a secretário-geral do partido, Aristides Pereira, citada por Lopes (1996, p. 634) em que afirmou que “*Perante a grave situação que se criou durante os últimos tempos, cujo desfecho era imprevisível, capaz de provocar consequências irreparáveis pondo em causa a nossa revolução, os objetivos e a linha Pensamento do nosso Saudoso Amílcar Cabral, fomos obrigados, respondendo aos anseios do povo, no dia 14 do corrente mês de Novembro, a tomar as medidas que a situação impunha*”.

Então, vê-se uma série de justificativas de ambas as partes que fundamentam o caso de 14 de Novembro de 1980 e a separação total da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Lembrando que o Movimento Reajustador teve grande apoio por parte da população guineense devido às razões supracitadas e as falhas governativas de Luís Cabral nos primeiros anos após a independência. Nesta senda de conflito e divergência entre a parte caboverdiana e ala guineense, 14 de Novembro de 1980 ficou conhecido por alguns como a “segunda independência da Guiné-Bissau” e por outros como “golpe de Estado”. Com isso, o questionamento e a reflexão que devemos focar é: será que o Movimento Reajustador conseguiu suprimir as máculas da governação de Luís Cabral?

Considerações finais

A base ideológica do PAIGC enquanto movimento independentista da Guiné-Bissau e Cabo-Verde que emergiu entre década de 1950 e 1960 – dependendo da referência - é a *Unidade e Luta*. A unidade para solucionar e abolir as instabilidades internas e a luta para erradicar (neo)colonialismo na África, concretamente na Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Para Amílcar Cabral, a autodeterminação e independência africana só se consuma com a unidade e a coragem de enfrentar o imperialismo e

6 João Bernaldo Vieira, mais conhecido por Nino Vieira ou Kabi Nafantchamna, foi combatente liberdade da pátria e político da Guiné-Bissau. Também foi um dos principais protagonistas do golpe de 14 de Novembro de 1980 e figura principal do Movimento Reajustador. Desta forma, logo após o afastamento de Luís Cabral foi nomeado como presidente da Guiné-Bissau em 1980.

colonialismo europeu. Posto isso, ele protagonizou a proposta da união de Cabo-Verde e Guiné-Bissau com vista a consumação da luta anticolonial e construção de Estado binacional que, no entanto, acabou por desabar sete anos após a independência da Guiné-Bissau devido os problemas históricos sustentados pela divergência histórica entre os dois povos.

O nacionalismo desnecessário de ambas as partes, guineense e caboverdiana, conduziu e acelerou a separação, sobretudo porque não foi travado e equacionado, da melhor maneira, os grandes problemas tanto no seio do partido quanto nos dois países por dirigentes do PAIGC. Ademais, é necessário frisar que a falta de diálogo e silenciamento dos que questionavam a unidade binacional ascenderam a ruptura total entre os dois países.

Carlos Lopes (1988) na sua obra denominada “*Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*” analisou, de maneira peculiar, o episódio de 14 de Novembro de 1980 que culminou com a desintegração, ele começou por analisar as origens dos conflitos e a emergência do Movimento Reajustador, onde expõe que após a independência, a Guiné-Bissau caiu nos erros que Amílcar Cabral sempre criticou. Sete anos após a independência, o país vivia os problemas da subsistência, economia e corrupção excessiva. No âmbito partidário, o PAIGC “adoeceu” desde que Cabral morreu, o III Congresso do partido mostrou claramente a divisão existente dentro do PAIGC.

Em suma, no período a seguir a independência, haviam séries de problemas que possibilitaram a estabilização do Movimento Reajustador. Por essa razão, constatava-se a discrepância política; corrupção; descontentamento de FARP (Forças Armadas Revolucionária de Povo); a tentativa da efetivação do novo projeto constitucional que enfatiza a pena de morte na Guiné-Bissau e não em Cabo-Verde, ou seja, o país vivia inúmeros problemas governamentais e administrativos.

Estes fatores (problemas políticos, econômicos, sociais, militares e institucionais) contribuíram de forma drástica para pôr fim ao regime de Luís Cabral e, concomitantemente, a ruptura entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Após o caso de 14 de Novembro de 1980, que resultou numa separação efetiva da Guiné-Bissau e Cabo-Verde causada por inúmeros fatores. “A relação de Cabo-Verde e Guiné-Bissau foram retomadas como países independentes em 1985” (TEIXEIRA, 2015, p. 197). Cinco anos depois a dita ação reajustadora guineense.

Referências bibliográficas

- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: Nação, identidades e póscolonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CABRAL, Amílcar. **Alguns princípios do Partido**. Seara Nova. Lisboa, 1974.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Salvador, 2013.
- COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. **As trajetórias dos fundadores do PAIGC (1923 – 1960)**. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2012.
- FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. Dissertação de mestrado em Estudos Africanos, Universidade do Porto Faculdade de Letras (Centro de Estudos Africanos). Porto, 2007.
- LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau**. Instituto de Estudos e Pesquisa (INEP) / Florida Gráfica, Lda. Lisboa. 1987.
- LOPES, Carlos. **Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau**. 1ª Ed.. Editorial Economia e Socialismo, CRL. Lisboa, 1988.
- LOPES, José Vicente. **Cabo Verde, os bastidores da independência**. Instituto Camões, Centro Cultural Português, 1996
- LOPES, Nérito José Monteiro. **Centro de Artes e Espectáculo do Mindelo (Cabo Verde – São Vicente)**. Mestrado Integrado em Arquitectura Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre de Arquitectura, Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior Covilhã, 2011.
- MENDY, Peter Karibe. **Colonialismo português em África: a transição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.
- TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. Recife : Ed. do Autor, 2015
- PAIGC. **Historia da Guiné e ilhas de Cabo Verde**. Porto: Ed. Afrontamento, 1974.
- SILVA, António E. Duarte. **Invenção e construção da Guiné-Bissau**. Almeida, SA. Coimbra, 2010.
- TOMÁS, António. **O fazedor de utopias: uma biografia de Amilcar Cabral**. 2.ed. Tinta da China, 2008.